

Decisão lembra o México em 82

IVANI VASSOLER
Especial para O Estado

CIDADE DO MÉXICO — Embora um pouco diferente do caso brasileiro, porque havia prazo determinado, o México, em um passado recente, também suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa. Durante uma reunião com o Comitê dos Bancos Credores, em agosto de 1982, o então ministro da Fazenda, Jesus Silva Herzog, anunciou que o México estava sem condições de saldar seus compromissos no Exterior e que por isso suspenderia por 90 dias o pagamento do serviço da dívida, de cerca de US\$ 1 bilhão ao mês.

A decisão do governo mexicano de pedir "um prazo para respirar", foi o último recurso para evitar a quebra. Depois de passar por um período (1977 — 1981) de forte expansão econômica, com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 8,5% ao ano, o México chegou a 1982 com a segunda maior dívida externa da América Latina (US\$ 80 bilhões), inflação acelerada, baixas reservas internacionais e uma dramática fuga de capitais. Na época, informou-se que os mexicanos tinham depositado no Exterior cerca de US\$ 20 bilhões. Assim, ao lado da decisão de suspender os pagamentos dos juros por 90 dias, o governo decretou também uma nova massiva desvalorização do peso, transformou em moeda nacional todas as contas em dólares que existiam no

país, e estatizou o sistema bancário.

Foram medidas que receberam o respaldo de vários setores da sociedade mexicana. Apesar disso, havia um grande protesto nacional contra a decisão de se recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que já tinha pronto um programa de resgate financeiro para o México. A assinatura do acordo com o FMI possibilitou ao México, na época, receber desse organismo um empréstimo stand by de US\$ 4,5 bilhões. Além disso, entraram US\$ 2,5 bilhões de um empréstimo "jumbo" e mais US\$ 1 bilhão dos Estados Unidos, que pagavam antecipadamente o petróleo que iriam receber do México.

Mas a ajuda do FMI implicou também em ajustes na economia que repercutiram de maneira negativa na vida dos mexicanos. Liberação dos preços e das importações, elevação dos preços das tarifas do setor público, controle dos salários, redução do gasto público, diminuição da produção e emprego e câmbio flexível foram os ingredientes da receita do FMI que o México aplicou nos 90 dias de moratória técnica e que continua aplicando até hoje, embora com menos rigor. Os resultados não são animadores, e prova disso é o comportamento da inflação, que com essas medidas deveria cair. Os números, contudo, indicam o contrário: 99% (1982), 100% (1983), 59% (1984), 65% (1985) e 100% (1986). E para 1987, a previsão de inflação do México varia entre 80 e 120%.

De 1982 para cá, o México já recorreu outras vezes ao FMI para renovar os acordos de reestruturação da dívida externa (hoje pouco superior a US\$ 100 bilhões), e obter novos créditos do Exterior. Uma destas vezes foi em 1985, quando foi renegociada a dívida de US\$ 48 bilhões do setor público. Um outro acordo em 1986 custou o cargo do ministro Jesus Silva Herzog, que era contrário à assinatura de um novo convênio com o FMI.

Nesse novo convênio, assinado por Gustavo Petricoli, atual ministro da Fazenda, o México conquistou alguns avanços em termos de renegociação da dívida externa, entre eles, um spread de 0,8125% (contra 1,75% anteriormente), novos prazos para o pagamento do principal e o cálculo dos juros da dívida tendo como base a libor (taxa bancária de Londres) e não mais a prime rate, que é a taxa preferencial dos Estados Unidos. O FMI também deu seu aval ao programa econômico do governo mexicano, que prevê um crescimento econômico de 3% em 1987 e 1988, embora alguns sinais neste início de ano indiquem que será difícil alcançar esta meta.

Junto com a renegociação, o México pediu um novo empréstimo de US\$ 13,7 bilhões, sendo US\$ 6 bilhões de organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial e BID, e os outros US\$ 7,7 bilhões na comunidade financeira internacional.